

Assembleia aprova reajuste de 6% para todo o funcionalismo estadual

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Assembleia aprova reajuste de 6% ao servidor estadual



Foram 48 votos a favor e dois contrários numa sessão com galerias tomadas por manifestantes que defendiam aumento de 10,06%

PAULO EGÍDIO

paulo.egidio@zerohora.com.br

A Assembleia Legislativa aprovou ontem o projeto de lei encaminhado pelo governo do Estado que reajusta em 6% a remuneração dos funcionários públicos estaduais. A revisão geral contempla servidores de todos os poderes e órgãos autônomos, além de inativos e pensionistas. Membros de poderes, como juízes e procuradores, e agentes políticos não estão incluídos.

O texto prevê o pagamento retroativo de 1% a contar de janeiro e outros 5% desde abril. O custo aos cofres públicos será de R\$ 1,2 bilhão neste ano e de R\$ 1,5 bilhão anual a partir de 2023. Encaminhada no final de março à Assembleia, a proposta foi aprovada com 48 votos favoráveis e dois contrários, da bancada do Novo. Cinco parlamentares não votaram.

No plenário, deputados de oposição reclamaram do percentual oferecido pelo Palácio Piratini, alegando que o índice deveria ser maior. Nas galerias, servidores protestaram, portando cartazes com pedido de reajuste de ao menos 10,06%, equivalente à inflação do ano passado, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A oposição chegou a apresentar emendas para ampliar o percentual, mas não foram votadas, já que

o líder do governo, Frederico Antunes (PP), protocolou requerimento para que fosse apreciado apenas o texto principal. A solicitação foi aprovada por 31 votos a 16.

Crítica

Líder do PT, maior bancada da oposição, Pepe Vargas ressaltou que a maior parte dos servidores está há mais de sete anos com o salário congelado, sem receber correções inflacionárias.

– Isso significa que os servidores tiveram perda salarial de 57% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A lei eleitoral prevê que poderia ser dada a inflação do último período, de 10,06% – explicou.

Em contraponto, Frederico defendeu a proposta e disse que a tentativa de ampliar o percentual via emenda de deputados é “profunda demagogia”:

– Não teve revisão geral nos últimos 17 anos no Estado. E a iniciativa parlamentar para criação de despesa não tem abrigo legal.

Agora, o projeto segue para sanção do governador Ranolfo Vieira Júnior. Após a sanção, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, as autarquias e as fundações estaduais terão 30 dias para publicar as novas tabelas de remunerações dos seus servidores.

Votação de projeto sobre recuperação fiscal é adiada

O projeto de lei complementar que faz ajustes na lei do teto de gastos estadual, cuja aprovação é necessária para o andamento do regime de recuperação fiscal (RRF), não foi votado ontem pela Assembleia Legislativa.

O texto estava na ordem do dia, mas, no momento em que seria apreciado, os deputados retiraram o quórum e encerraram a sessão. Isso ocorreu por iniciativa do governo, que temia derrota em plenário. Mais cedo, na reunião entre os líderes de bancada, a proposta foi colocada em oitavo lugar na ordem de votações, indicativo de que poderia ter a apreciação adiada.

Agora, o governo tem ao menos mais uma semana para convencer os deputados a aprovarem a proposta, que não teve o regime de urgência retirado. São necessários ao menos 28 votos a favor entre os 55 deputados.

Embora a adesão do Rio Grande do Sul ao RRF já tenha sido aprovada, o plano ainda precisa ser homologado pelo governo federal. Para isso, é preciso ajustar o teto de gastos estadual. O projeto de lei coloca os investimentos sob o teto por nove anos (em vez dos quatro atuais)

e exclui da regra emendas parlamentares e recursos da União.

Diante da necessidade de aprovação do projeto, políticos e entidades que são contrários ao acordo com a União se mobilizaram para impedir o andamento do texto, na tentativa de inviabilizar a conclusão dos trâmites burocráticos do regime de recuperação fiscal. Convocada pela seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil com apoio da Associação dos Juizes do RS, a mobilização colocou lado a lado sindicatos e partidos de esquerda, que historicamente questionam o pagamento da dívida, e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, como os pré-candidatos a governador Luis Carlos Heinze (PP) e Onyx Lorenzoni (PL).

Caso o plano apresentado pelo Estado não seja homologado, a permanência nesse regime deve ser inviabilizada e o RS terá de voltar a pagar a dívida integralmente. A parcela anual é de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões.

GZHMais notícias de política
em gzh.rs/politica

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 8